f) A Divisão de Relações Públicas, Informação e Documentação, integrada na Direcção de Serviços de Emigração;

g) A Divisão de Qualificação Profissional, integrada na Direcção de Serviços de Emigração;

h) A Divisão de Vistos, integrada na Direcção de Serviços de Vistos e Circulação de Pessoas;

i) A Divisão de Acordos e Política Europeia de Vistos, integrada na Direcção de Serviços de Vistos e Circulação de Pessoas;

j) O Gabinete de Emergência Consular.

Artigo 2.º

Divisão de Apoio à Informatização dos Postos Consulares

À Divisão de Apoio à Informatização dos Postos Consulares cabem as competências previstas na alínea g) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

Artigo 3.º

Divisão de Planeamento e Administração Consular

À Divisão de Planeamento e Administração Consular cabem as competências previstas nas alíneas c), e), f), i), m), n), o) e p) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

Artigo 4.º

Divisão de Protecção Consular

À Divisão de Protecção Consular cabem as competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

Artigo 5.º

Gabinete de Emergência Consular

1 — Ao Gabinete de Emergência Consular cabem as competências previstas nas alíneas d), j) e l) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

2 — O Gabinete de Emergência Consular é dirigido por um coordenador equiparado para todos os efeitos legais a chefe de divisão.

Artigo 6.º

Divisão de Apoio Cultural e Associativismo

À Divisão de Apoio Cultural e Associativismo cabem as competências previstas nas alíneas a), b), c) e j) do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

Artigo 7.º

Divisão de Apoio Social e Jurídico

À Divisão de Apoio Social e Jurídico cabem as competências previstas nas alíneas d), e), f), g), h) e j) do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

Artigo 8.º

Divisão de Relações Públicas, Informação e Documentação

À Divisão de Relações Públicas, Informação e Documentação cabem as competências previstas nas alíneas i) e j) do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

Artigo 9.º

Divisão de Qualificação Profissional

À Divisão de Qualificação Profissional cabem as competências previstas nas alíneas d) e l) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

Artigo 10.º

Divisão de Vistos

À Divisão de Vistos cabem as competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

Artigo 11.º

Divisão de Acordos e Política Europeia de Vistos

À Divisão de Acordos e Política Europeia de Vistos cabem as competências previstas nas alíneas b), c) e e) do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 507/2007, de 30 de Abril.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2007.

3 de Setembro de 2007. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves*.

Despacho n.º 21 551/2007

Nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, as unidades orgânicas flexíveis dos serviços são criadas, alteradas ou extintas por despacho do dirigente máximo que definirá, entre outras, as respectivas atribuições e competências.

Considerando que o artigo 1.º da Portaria n.º 501/2007, de 30 de Abril, fixa em dezoito a dotação máxima das unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Política Externa;

Assim:

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 5 a 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e de acordo com o limite fixado no artigo 1.º da Portaria n.º 501/2007, de 30 de Abril, estabelece-se a estrutura orgânica flexível da Direcção-Geral de Política Externa:

Artigo 1.º

Unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Política Externa

A Direcção-Geral de Política Externa, abreviadamente designada DGPE, estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas flexíveis:

a) Divisão de Política Externa da União Europeia integrada na Direcção de Serviços de Política Externa e Segurança Comum;

b) Divisão de Desarmamento e Não-Proliferação de Armas Ligeiras e de Destruição Maciça integrada na Direcção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa;

c) Divisão de Assuntos relativos à OTAN, EUROFORÇAS e UEO integrada na Direcção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa;

d) Divisão de Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) integrada na Direcção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa;

e) Divisão das Relações Bilaterais com os países dos Balcãs Ocidentais e Andorra, Islândia, Liechtenstein, Mónaco, Noruega, Sobe-rana e Militar Ordem de Malta, San Marino, Santa Sé e Suíça, Estados não membros da União Europeia, nem candidatos, integrada na Direcção de Serviços dos Estados Europeus não Membros da União Europeia;

f) Divisão das Relações Bilaterais com os países do Magrebe/Maxer-reque e Diálogos do Mediterrâneo, integrada na Direcção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe;

g) Divisão de Relações Bilaterais com os países da África Central e Ocidental integrada na Direcção de Serviços da África Subsariana;

h) Divisão de Relações Bilaterais com os Países da África Oriental e Austral integrada na Direcção de Serviços da África Subsariana;

i) Divisão de Relações Bilaterais com países do Nordeste Asiático e Pacífico e com os países do Sudeste Asiático integrada na Direcção de Serviços da Ásia e Oceânia;

j) Divisão de Relações Bilaterais com os países da Ásia do Sul e das Organizações Multilaterais Asiáticas integrada na Direcção de Serviços da Ásia e Oceânia;

l) Divisão de Relações Bilaterais com os países da América do Norte integrada na Direcção de Serviços das Américas;

m) Divisão de Relações Bilaterais com os países da América do Sul integrada na Direcção de Serviços das Américas;

n) Divisão de Relações Bilaterais com os países da América Central, Países Andinos e México integrada na Direcção de Serviços das Américas;

o) Divisão dos Direitos Humanos integrada na Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais;

p) Divisão dos Assuntos relativos às Nações Unidas e outras Organi-zações Internacionais integrada na Direcção de Serviços das Organi-zações Políticas Internacionais;

q) Divisão do Terrorismo, Droga, Criminalidade e Corrupção, inte-grada na Direcção de Serviços das Organizações Políticas Inter-nacionais;

r) Divisão dos Assuntos relativos à CPLP integrada na Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais.

Artigo 2.º

Divisão de Política Externa da União Europeia

À Divisão de Política Externa da União Europeia compete:

a) O acompanhamento dos grupos de trabalho RELEX e RELEX/Sanções;

b) A preparação das Presidências da UE — coordenação com os serviços da DGPE as diversas questões relacionadas com o calendário e organização das presidências do conselho;

c) A preparação de *briefings* às embaixadas da UE em Lisboa sobre os temas da agenda das relações externas do conselho;

d) O fornecimento de informações sobre as posições nacionais a outras embaixadas, em particular dos EUA;

e) A manutenção da ligação com a rede de correspondentes euro-peus adjuntos;

f) A coordenação de posições nacionais em matérias horizontais que decorram das agendas dos grupos de trabalho PESC.

Artigo 3.º

Divisão de Desarmamento e Não Proliferação de Armas Ligeiras e de Destruição Maciça

À Divisão de Desarmamento e Não Proliferação de Armas Ligeiras e de Destruição Maciça compete:

- a) O acompanhamento de questões de desarmamento e não proliferação na ONU: Conselho de Segurança, 1.ª Comissão, Comissão de Desarmamento, Conferência de Desarmamento, TNP;
- b) O acompanhamento de questões de desarmamento, não proliferação e controlo de exportações na UE: GT PESC CODUN, CONOP e COARM;
- c) O acompanhamento de questões regionais de proliferação de Armamentos;
- d) O acompanhamento de questões decorrentes da participação de Portugal na AIEA, CTBT, NSG e Comité Zängger;
- e) O acompanhamento e desenvolvimento de actividades no quadro de: BTWC, CWC, Grupo Austrália, MTCR e HCoC;
- f) O desenvolvimento de actividades no domínio do controlo e eliminação de armas ligeiras: Programa das Nações Unidas sobre ALPC (incluindo abordagens regionais), Registo ONU de Armas Convencionais, CCW, Acordo de Wassenaar e Convenção de Ottawa (MBT);
- g) O desenvolvimento de actividades no quadro da PSI e da Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear;
- h) O tratamento de matérias relativas à não proliferação de armas de destruição maciça, bem como dos seus vectores, no âmbito das atribuições da OTAN neste domínio.

Artigo 4.º

Divisão de OTAN, EUROFORÇAS, UEO

À Divisão da OTAN, das EUROFORÇAS e da UEO compete o tratamento das questões relativas àquelas organizações internacionais. No que concerne à OTAN, são competências desta Divisão:

- a) A preparação da participação nacional nas reuniões cimeiras e de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Aliança Atlântica;
- b) O acompanhamento dos trabalhos dos diversos comités da OTAN, contribuindo para a definição das posições nacionais nas diferentes matérias em discussão;
- c) O tratamento das matérias relativas às relações de parceria estabelecidas pela OTAN, nomeadamente no quadro da Parceria para a Paz, das relações com a Rússia e a Ucrânia, do Diálogo do Mediterrâneo e da Iniciativa de Cooperação de Istambul;
- d) O tratamento das matérias respeitantes às relações da OTAN com outras organizações internacionais, nomeadamente a UE, a ONU e a OSCE;
- e) O acompanhamento das operações empreendidas pela OTAN, incluindo os aspectos respeitantes à participação de forças portuguesas;
- f) O tratamento das matérias relativas ao processo de transformação da Aliança Atlântica, incluindo as questões que se colocam no âmbito da adaptação das estruturas de comando e as relativas ao desenvolvimento da Força de Reacção Rápida;
- g) O acompanhamento das questões ligadas ao planeamento da defesa, ao planeamento de forças e ao desenvolvimento das capacidades operacionais;
- h) A participação nos exercícios de gestão de crises da OTAN CMX — e conjuntos com a UE — CMX/CME, bem como participação no exercício de consulta nuclear;
- i) O tratamento das matérias relativas às actividades da OTAN no domínio do planeamento civil de emergência, assegurando a ligação com as autoridades competentes a nível nacional em situações de emergência civil;
- j) O tratamento das questões relativas à coordenação de posições entre os Estados membros da OTAN em matéria de limitação de armas convencionais na Europa;
- l) O processamento das candidaturas nacionais a cargos nas estruturas da OTAN;
- m) O processamento das credenciações de segurança OTAN e UE dos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 5.º

Divisão de Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)

À Divisão de Política Europeia de Segurança e Defesa compete:

- a) O acompanhamento dos trabalhos do Comité de Política de Segurança da UE (COPS), bem como dos comités a ele subordinados, contribuindo para a definição das posições nacionais nas diferentes matérias em discussão;
- b) O acompanhamento das missões PESD — civis e militares — e tratamento de questões a elas relativas, incluindo o processo de decisão sobre o lançamento das missões, o respectivo planeamento e a participação de forças portuguesas;

c) O tratamento das questões relativas ao relacionamento da UE com o continente africano, no plano da segurança e defesa;

d) O tratamento das matérias relativas ao envolvimento da PESD no reforço das capacidades africanas em matéria de prevenção, gestão e resolução de conflitos;

e) O tratamento das matérias respeitantes às relações que a UE estabelece, no domínio da PESD, com outras organizações internacionais, nomeadamente a ONU, a OTAN e a OSCE;

f) O acompanhamento dos assuntos respeitantes à evolução das capacidades civis e militares;

g) A participação nos exercícios de gestão de crises da UE — CME — e conjuntos com a OTAN — CME/CMX;

h) O acompanhamento das actividades de outras entidades da UE no domínio da segurança e defesa, nomeadamente a Agência Europeia de Defesa e o Centro de Satélites da UE;

h) O processamento das candidaturas nacionais a cargos nas estruturas da UE na área da PESD.

Artigo 6.º

Divisão das Relações Bilaterais com os países dos Balcãs Ocidentais e Andorra, Islândia, Liechtenstein, Mónaco, Noruega, Soberana e Militar Ordem de Malta, San Marino, Santa Sé e Suíça, Estados não membros da União Europeia, nem candidatos.

À Divisão das Relações Bilaterais com os países dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Sérvia), Andorra, Islândia, Liechtenstein, Mónaco, Noruega, Soberana e Militar Ordem de Malta, San Marino, Santa Sé e Suíça compete:

a) A reunião de informações de carácter político sobre os países assinalados e respectivas organizações regionais, a actualização de elementos sobre a realidade política e preparar visitas de autoridades portuguesas e estrangeiras;

b) O estudo, a elaboração de pareceres e o acompanhamento do expediente relativo aos assuntos de carácter político;

c) O envio de instruções convenientes às missões diplomáticas portuguesas;

d) A negociação e participação no processo de conclusão e denúncia de tratados e convenções internacionais;

e) A resposta a solicitações das respectivas embaixadas acreditadas em Lisboa;

f) A preparação das instruções e elementos a enviar às delegações portuguesas junto dos organismos internacionais;

g) A participação nacional em reuniões no âmbito da política externa e de segurança comum (Grupo de Trabalho PESC/COWEB);

h) A colaboração na preparação da participação portuguesa nos vários níveis da política externa e de segurança comum, através de uma permanente articulação com a Direcção de Serviços respectiva.

Artigo 7.º

Divisão das Relações Bilaterais com os países do Magrebe/Maxerreqe e Diálogos do Mediterrâneo

À Divisão das Relações Bilaterais com os países do Magrebe/Maxerreqe e Diálogos do Mediterrâneo compete:

a) O acompanhamento da situação política interna e externa de Marrocos, Tunísia, Argélia, Mauritânia, Líbia, Egipto, Israel, Síria, Jordânia, AP, bem como do relacionamento bilateral nas suas múltiplas vertentes;

b) A preparação e acompanhamento do seguimento das cimeiras anuais com Marrocos, Argélia e Tunísia;

c) A coordenação em geral e acompanhamento dos trabalhos e participações PT no Diálogo 5+5, Fórum do Mediterrâneo e Processo Barcelona (1.º capítulo);

d) O acompanhamento e implementação da Parceria Estratégica para o Mediterrâneo e Médio Oriente, diálogo civilizações/multicultural com o mundo árabe, integrismo islâmico, BMENA — Broader Middle East, Northern Africa Initiative, UMA, implicações terrorismo e migrações no Norte África;

e) O acompanhamento do grupo COMAG.

Artigo 8.º

Divisão de Relações Bilaterais com os países da África Central e Ocidental

À Divisão de Relações Bilaterais com os países da África Central (Angola, Burundi, República Democrática do Congo, República do Congo, Ruanda e Uganda) e Ocidental (Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo) compete, em geral, o acompanhamento da política interna e externa, bem como do relacionamento bilateral, com estes países.

Compete ainda em especial:

- a) A preparação e acompanhamento do grupo COAFR;
- b) A preparação e acompanhamento de visitas a África de membros do Governo;
- c) O acompanhamento e análise dos desenvolvimentos na região dos Grandes Lagos, em particular a evolução na RDC;
- d) O acompanhamento da política desenvolvida pela União Europeia para a região do Rio Mano;
- e) A contribuição para a análise e definição da estratégia de apoio à Guiné-Bissau, nomeadamente no Grupo Internacional de Contacto;
- f) O acompanhamento das relações da UE com a CEDEAO, a ICGLR e a EAC.

Artigo 9.º

Divisão de Relações Bilaterais com os Países da África Oriental e Austral

À Divisão de Relações Bilaterais com os Países da África Oriental (Chade, Djibouti, Eritreia, Etiópia, República Centro Africana, Somália e Sudão) e Austral (África do Sul, Botswana, Comores, Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Quênia, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué) compete, em geral, o acompanhamento da política interna e externa, bem como do relacionamento bilateral com estes países.

Compete ainda em especial:

- a) A preparação e acompanhamento do grupo COAFR;
- b) A preparação e acompanhamento de visitas a África de membros do Governo;
- c) O acompanhamento das relações China/África;
- d) O acompanhamento das relações da UE com a SADC, União Africana e IGAD;
- e) O acompanhamento da implementação do Plano de Acção da Estratégia Conjunta UE/África.

Artigo 10.º

Divisão de Relações Bilaterais com países do Nordeste Asiático e Pacífico e com os países do Sudeste Asiático

À Divisão de Relações Bilaterais com países do Nordeste Asiático e Pacífico (Austrália, China — incluindo Taiwan, Macau, Hong Kong, Tibete —, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão, Mongólia, Nova Zelândia e Ilhas do Pacífico) e com os países do Sudeste Asiático (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietname) compete, em geral, o acompanhamento da política externa e interna bem como do relacionamento bilateral com estes países.

Compete ainda em especial:

- a) O acompanhamento do processo de desnuclearização da Península Coreana;
- b) O acompanhamento do reforço da parceria estratégica com a China, da afirmação da China na política internacional como actor global, da evolução da situação no estreito de Taiwan e dos desenvolvimentos políticos na RAÉ Macau;
- c) A análise do desenvolvimento das relações japonesas no contexto regional, em particular, com a China, e as Coreias, assim como do seu relacionamento com os EUA;
- d) O acompanhamento do processo de afirmação da Austrália como potência regional e do alargamento da sua zona de influência estratégica;
- e) A análise do processo de islamização crescente da região e, em particular, dos movimentos separatistas e terroristas;
- f) O acompanhamento da evolução política interna e do processo de transição democrática no Vietname e Camboja;
- g) O seguimento dos desenvolvimentos internos e da integração regional da Indonésia e Filipinas;
- h) A apreciação da evolução da situação política birmanesa e do seu envolvimento regional;
- i) A avaliação e acompanhamento do processo de consolidação democrática e de desenvolvimento político, económico e social em Timor-Leste, bem como do seu enquadramento político a nível regional.

Artigo 11.º

Divisão de Relações Bilaterais com os países da Ásia do Sul e das Organizações Multilaterais Asiáticas

À Divisão de Relações Bilaterais com os países da Ásia do Sul (Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka) e das Organizações Multilaterais Asiáticas (ASEAN, ARF, ASEM, ASEF, SAARC) compete em geral o acompanhamento da política externa e interna, bem como do relacionamento bilateral com estes países.

Compete ainda em especial:

- a) O acompanhamento do crescimento e afirmação da Índia na cena internacional;
- b) A análise da evolução das relações indo-paquistanesas, das parcerias estratégicas que vai desenvolvendo (relações Sul/Sul; Índia/UE, Índia/EUA) e da crescente influência a nível regional;
- c) A monitorização da evolução política e securitária no Afeganistão, bem como dos progressos na implementação do Estado de Direito;
- d) O acompanhamento da situação de instabilidade política e de segurança no Paquistão e da sua actuação na esfera regional próxima;
- e) A avaliação do processo de paz no Sri Lanka;
- f) A análise da evolução dos processos de transição democrática no Nepal e no Bangladesh;
- g) O acompanhamento dos processos de integração a nível institucional e orgânico;
- h) O acompanhamento do processo ASEAN: adesão da UE ao TAC e a análise da evolução de uma Comunidade ASEAN para 2015;
- i) A avaliação dos progressos registados na criação de uma organização regional de segurança para a Ásia (ARF);
- j) A apreciação do desenvolvimento dos diálogos económico, político e social com a Ásia e o seu relacionamento com a UE;
- l) O acompanhamento da evolução dos processos de integração (económica, social e política) no subcontinente indiano (SAARC).

Artigo 12.º

Divisão de Relações Bilaterais com os países da América do Norte

À Divisão de Relações Bilaterais com a América do Norte compete:

- a) O acompanhamento do relacionamento bilateral com os EUA e Canadá;
- b) A preparação dos processos relacionados com a negociação e elaboração de encontros com EUA e Canadá;
- c) A preparação e acompanhamento dos processos relacionados com a negociação e a elaboração de acordos bilaterais;
- d) A autorização de sobrevoos e aterragens de aeronaves, incluindo regimes especiais;
- e) A autorização de atracagens e visitas a portos portugueses;
- f) O acompanhamento e avaliação do Acordo de Cooperação e Defesa Portugal/EUA (ACD);
- g) A organização e participação na Comissão Bilateral Permanente Portugal/EUA (CBP);
- h) A chefia da delegação portuguesa na subcomissão científica Portugal/EUA e na subcomissão específica para a cooperação com os Açores;
- i) O acompanhamento dos trabalhos das Comissões Técnica e Laboral do ACD;
- j) A organização e participação no Mid Term Review Portugal/EUA;
- l) O acompanhamento e participação na comissão instituída pelo Protocolo de Cooperação das Pescas Portugal/Canadá;
- m) A participação e preparação das reuniões do Grupo de Altos Funcionários UE — Canadá;
- n) O acompanhamento e preparação dos trabalhos e presidência do grupo CONTRA;
- o) O acompanhamento e preparação das Cimeiras UE-EUA;
- p) A participação e preparação do Senior Level Group UE-EUA;
- q) O acompanhamento da Task Force UE-EUA;
- r) O acompanhamento do diálogo institucional UE-EUA em matérias jurídicas e direitos humanos;
- s) A preparação de encontros ministeriais UE-EUA (economia, justiça e assuntos internos);
- t) O acompanhamento dos trabalhos do Transatlantic Economic Council;
- u) O acompanhamento de acordos internacionais regionais (ALCA).

Artigo 13.º

Divisão de Relações Bilaterais com os países da América do Sul

À Divisão de Relações Bilaterais com os países da América do Sul compete o acompanhamento do relacionamento bilateral com o Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, no âmbito do qual cabe:

- a) A preparação e acompanhamento dos processos relacionados com a negociação e a elaboração de acordos bilaterais;
- b) A preparação da Comissão Bilateral Permanente com o Brasil;
- c) A preparação das Cimeiras Luso-Brasileiras;
- d) A preparação e coordenação de Comissões Mistas;
- e) O acompanhamento das Cimeiras UE-ALC;
- f) O acompanhamento das reuniões UE-Grupo do Rio;
- g) A coordenação de pastas para visitas bilaterais;

- h) A preparação das pastas para apresentação de credenciais;
- i) O acompanhamento da situação interna e da política externa dos países da região;
- j) A preparação de pontos de agenda e participação no COLAT;
- l) O acompanhamento dos desenvolvimentos internos dos organismos e instrumentos regionais: MERCOSUL, CASA/UNASUR e Organização dos Estados Americanos (OEA);

Artigo 14.º

Divisão de Relações Bilaterais com os países da América Central, Países Andinos e México

À Divisão de Relações Bilaterais com os países da América Central, Países Andinos e México compete o acompanhamento do relacionamento bilateral com o México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Belize, Costa Rica, Panamá, Cuba, Haiti, República Dominicana, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Equador, Guiana, Suriname e países das Caraíbas, no âmbito do qual cabe:

- a) A preparação e acompanhamento dos processos relacionados com a negociação e a elaboração de acordos bilaterais;
- b) A preparação e coordenação de Comissões Mistas;
- c) O acompanhamento das Cimeiras UE-ALC;
- d) A coordenação de pastas para visitas bilaterais;
- e) A preparação de pastas para apresentação de credenciais;
- f) O acompanhamento da situação interna e da política externa dos países da região;
- g) A preparação de pontos de agenda e participação no COLAT;
- h) O acompanhamento dos desenvolvimentos internos dos organismos e instrumentos regionais: ALBA, Comunidade Andina de Nações (CAN), SICA, Grupo S. José, CARICOM, DR-CAFTA.

Artigo 15.º

Divisão dos Direitos Humanos

À Divisão dos Direitos Humanos compete o acompanhamento das questões relativas à situação dos direitos humanos em geral, bem assim de cada país em particular, e ainda o acompanhamento dos assuntos humanitários e agências humanitárias. Compete, em especial:

- a) A preparação e participação portuguesa no COHOM (Grupo de Trabalho PESC);
- b) A coordenação geral do Conselho de Direitos Humanos e da 3.ª Comissão da AGNU, da Comissão da Condição da Mulher, da Comissão de Desenvolvimento Social e do Conselho da Europa;
- c) A coordenação dos relatórios nacionais devidos no quadro das convenções internacionais de direitos humanos;
- d) O acompanhamento das linhas directrizes da União Europeia sobre crianças, defensores de direitos humanos, tortura e pena de morte;
- e) Racismo;
- f) Tráfico de seres humanos;
- g) Desaparecimentos forçados;
- h) Desenvolvimento social;
- i) HIV/SIDA;
- j) Minorias;
- l) Refugiados e deslocados internos;
- m) Protecção civil;
- n) Organizações não governamentais ligadas à área dos direitos humanos.

Artigo 16.º

Divisão dos Assuntos Relativos às Nações Unidas e Outras Organizações Internacionais

À Divisão dos Assuntos Relativos às Nações Unidas e Outras Organizações Internacionais compete o acompanhamento de questões no âmbito de:

- a) Preparação e participação portuguesa no CONUN (Grupo de Trabalho PESC);
- b) Preparação e participação portuguesa no COSCE (Grupo de Trabalho PESC);
- c) OSCE;
- d) Comunidade das Democracias;
- e) 4.ª Comissão das Nações Unidas;
- f) Aliança das Civilizações;
- g) 5.ª Comissão da ONU;
- h) Contribuições financeiras para organizações internacionais;
- i) Reforma da ONU;
- j) Ratificação das Convenções da ONU;
- m) Tribunais internacionais;
- n) Candidaturas portuguesas a organizações internacionais e funcionários portugueses em organizações internacionais;
- o) UNESCO;
- p) União Latina;

- q) Centro Internacional para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM);
- r) Questões Horizontais da ONU, designadamente Conselho de Segurança, AGNU, Prevenção e Gestão de Conflitos, Operações de Manutenção da Paz e Regime de Sanções.

Artigo 17.º

Divisão do Terrorismo, Droga, Criminalidade e Corrupção

À Divisão do Terrorismo, Droga, Criminalidade e Corrupção compete:

- a) A preparação e participação portuguesa no COTER (Grupo de Trabalho PESC);
- b) A preparação e participação portuguesa no COCOP (Grupo de Trabalho PESC);
- c) O acompanhamento em geral das questões ligadas ao terrorismo, na sua vertente externa;
- d) A preparação e participação portuguesa no Grupo Horizontal de Drogas (Grupo de Trabalho PESC);
- e) O acompanhamento em geral das questões ligadas à cooperação internacional nas áreas do combate às drogas e da luta contra o branqueamento de capitais, o crime financeiro (GAFI), o tráfico de diamantes (Processo de Kimberley) e outras formas de crime organizado transnacional;
- f) O acompanhamento das questões de corrupção, no âmbito das Nações Unidas.

Artigo 18.º

Divisão dos Assuntos relativos à CPLP

À Divisão dos Assuntos relativos à CPLP compete:

- a) O acompanhamento das questões horizontais, temáticas e organizativas da CPLP;
- b) A participação e coordenação dos vários grupos trabalho ou grupos técnicos no âmbito da CPLP;
- c) O acompanhamento da participação portuguesa na CPLP a todos os níveis e em várias instâncias;
- d) A participação nos trabalhos preparatórios e de acompanhamento das Missões de Observação Eleitoral CPLP.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2007.

3 de Setembro de 2007. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Aviso (extracto) n.º 17 588/2007

1 — Nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, após cumprimento do disposto no artigo 38.º do mesmo diploma (audiência prévia), faz-se público que a lista de classificação final do concurso interno de acesso para provimento de 340 lugares da categoria de verificador auxiliar aduaneiro principal da carreira de verificador auxiliar aduaneiro do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, aberto pelo aviso n.º 8005/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 13 de Julho de 2006, homologada por despacho de 21 de Agosto de 2007 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, está afixada a partir do dia da publicação do presente aviso, nos seguintes serviços e locais:

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos;
Alfândega de Aveiro;
Alfândega de Braga;
Alfândega de Faro;
Alfândega do Funchal;
Alfândega de Peniche;
Alfândega de Ponta Delgada;
Alfândega de Setúbal;
Alfândega de Viana do Castelo;
Alfândega do Aeroporto de Lisboa;
Alfândega Marítima de Lisboa;
Alfândega de Alverca;
Alfândega do Jardim do Tabaco;
Alfândega do Aeroporto do Porto;
Alfândega do Freixo; e
Alfândega de Leixões.